

Por uma escola indígena de qualidade na Comunidade Guanabara II em Benjamin Constant –  
AM: da luta ao reconhecimento

Mário Peres Mapiama<sup>1</sup>  
Edilanê Mendes dos Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante de graduação Formação de Professores Indígenas – PROLIND da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e-mail: [simaoneto33@outlook.com](mailto:simaoneto33@outlook.com)

<sup>2</sup>Professora na Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura UFAM/INC, e-mail: [dila16@gmail.com](mailto:dila16@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões quanto ao processo de luta dos comunitários pela autonomia educacional da Comunidade Indígena Kokama Guanabara II, localizada no município de Benjamin Constant - AM. A pesquisa, de natureza qualitativa e cunho descritivo, é baseada na perspectiva de um acadêmico do curso de licenciatura Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas. O objetivo foi descrever o quanto os conhecimentos que estão sendo adquiridos durante a formação do pesquisador-participante têm auxiliado o mesmo a contribuir em algumas situações na comunidade. Dos resultados alcançados, dois possuem relevância devido ao seu significado: (1) conhecer que a comunidade Guanabara II foi reconhecida Terra Indígena, que uniu os comunitários quanto à discussão e ressignificação da escola desejada (2) e o início da discussão do Projeto Político Pedagógico que atenda suas especificidades.

**Palavras-chave:** Kokama; Educação escolar indígena; Trajetória de um acadêmico

## RESUMEN

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre el proceso de lucha comunitaria por la autonomía educativa de la Comunidad Indígena Kokama Guanabara II, ubicada en la ciudad de Benjamin Constant - AM. La investigación es de carácter cualitativo y descriptivo con base en la perspectiva de un académico de la carrera de pregrado para Maestros Indígenas de la Universidad Federal de Amazonas. El objetivo fue describir cuánto conocimiento que se está adquiriendo durante la formación del investigador-participante le ha ayudado a aportar en algunas situaciones de la comunidad. De los resultados alcanzados, dos son relevantes por su trascendencia (1) saber que la comunidad Guanabara II fue reconocida como Tierra Indígena, lo que reunió a los comuneros en torno a la discusión y reencadre de la escuela deseada (2) y el inicio de la discusión del Proyecto Político Pedagógico que Cumpla con sus especificaciones.

**Palabras llave:** Kokama; Educación escolar indígena; Trayectoria de un académico

## INTRODUÇÃO

Os povos indígenas formam um dos segmentos sociais brasileiros que mais têm cobrado do Estado Políticas de Ações Afirmativas com vistas a combater a histórica exclusão e desigualdade social, econômica e política (BANIWA, 2012). A Constituição Federal de 1988 deu garantia aos povos indígenas quanto a seus processos próprios de aprendizagem, tanto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) regulamenta que:

Art. 79 A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

A partir disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999) fixou diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, podendo estas terem normas próprias e específicas, mesmo que integradas ao sistema estadual quanto a sua localização, com atividades escolares, independentes do ano civil, com professores indígenas capacitados.

Dessa forma, os resgates dos saberes indígenas devem subsidiar o fortalecimento sociocultural destes povos, que tem “como um dos seus objetivos a inserção política do indígena nos meios utilizados pelos que, de alguma maneira, articulam as tomadas de decisão que afligem

todo um conjunto populacional” (FERREIRA, 2005).

A LDBEN 9.394/96 atribui à União a responsabilidade de desenvolver programas voltados à educação escolar indígena, em todos os níveis. Porém, segundo o Plano Plurianual 2012-2015 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2012), a educação escolar indígena nos Estados e municípios muitas vezes tem sido tratada com ações pontuais, faltando-lhes diálogo com os povos indígenas, sendo incapazes de efetivarem os direitos consagrados nos textos legais. Dessa forma, somente os indígenas podem dizer se o modelo educacional está adequado aos seus modos próprios de viver, ser e pensar, sendo fundamental que haja diálogo entre os sujeitos. Dessa feita, discutir a educação escolar indígena torna-se essencial para trazer à luz reflexões sobre a importância da interculturalidade dos alunos das comunidades indígenas, compreendendo o conceito de cultura de forma que estejam claros quais os elementos culturais da sociedade que precisam de um diálogo eficiente, como relata Brito (2011):

[...] a educação não pode ser dissociada dos seus fundamentos culturais e sociais. Pela sua natureza, o objeto da educação é algo que está sempre em construção, por isso mesmo, os modelos educativos não podem ser modelos fixos, simples herança do passado, ao contrário, é preciso que possibilitem uma contínua renovação que corresponda sempre às aspirações dos sujeitos atuais [...] (p. 50).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas - UFAM afirma que o curso foi implantado em 2008, sendo o mesmo uma possibilidade de ampliação da atuação da Instituição de Ensino Superior (IES) junto aos povos indígenas do Amazonas - respondendo ao desafio institucional de contribuir na formação específica de professores indígenas para atuarem nas escolas de suas aldeias. Nesse sentido, a universidade tem cumprido seu papel social, uma vez que “o movimento indígena tem avançado na luta pela formação

acadêmica, o que é extremamente importante para transformar a visão etnocêntrica e excludente das universidades” (Baniwa, 2006 p.222). O indígena passa a ter lugar de fala dentro e fora do ambiente acadêmico, exigindo do poder público mais autonomia quanto aos direitos à saúde, educação e à terra.

Este artigo traz as concepções de um acadêmico kokama quanto à luta pelo reconhecimento da sua etnia pelo poder público municipal, assim como o direito de uma educação diferenciada, feito por Kokamas para Kokamas.

### **Memorial: trajetória escolar do pesquisador participante**

Nasci na comunidade Guanabara II, pertencente ao município de Benjamin Constant - AM no dia 08 de fevereiro de 1985. Ingressei na escola localizada na própria comunidade, “Escola Municipal Guanabara II” aos 9 anos de idade, onde cursei a 1ª e 2ª séries em 1994 e 1995, respectivamente. Nos anos de 1996 e 1997, não estudei por motivos familiares, porém nos anos de 1998 e 1999, cursei a 3ª e 4ª séries em Islândia, no Peru, município fronteiro com Benjamin Constant.

No ano 2000, passei a estudar na Escola Municipal Prof.ª Graziela Corrêa de Oliveira e fui reprovado por desistência, no ano seguinte, 2001, fui novamente matriculado na mesma escola e naquele mesmo ano, a comunidade foi reconhecida pela Funai como indígena, pois até então nossos avós esconderam nossa identidade devido à discriminação e represália de décadas passadas. A partir daquele ano, passei a me autoafirmar como indígena Kokama. Quando os colegas da escola descobriram que a comunidade que eu residia era indígena, passei a sofrer discriminação e preconceito. Apesar disso, comecei a me destacar quanto aluno, sendo aprovado nas séries subsequentes, finalizando o ensino fundamental no ano de 2004.

No ano de 2005, fui matriculado na Escola Estadual Imaculada Conceição e reprovei o 1º ano do ensino médio por desistência. No ano seguinte, cursei novamente o 1º ano, desta vez

sendo aprovado, e no ano de 2008, finalizei o ensino médio na referida escola.

No ano de 2009, fiz o vestibular da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) para Pedagogia Intercultural e passei no vestibular, porém não pude me matricular porque minha documentação estava incompleta devido aos dois anos que estudei no Peru.

No ano de 2010, fiz novamente o vestibular para Pedagogia na UFAM/INC (Instituto de Natureza e Cultura) onde também fui aprovado, sendo barrado novamente devido à documentação.

Ainda no ano de 2009, concorri à eleição para cacique de Guanabara II, não sendo eleito. Na ocasião, o Sr. André Januário foi reeleito. No ano de 2010, participei de uma reunião extraordinária no município de Santo Antônio do Içá, na comunidade de Vila Betânia, onde todas as lideranças indígenas do Alto, Médio e Baixo Solimões e os parentes do Vale do Javari estavam presentes para tratar do Serviço de Proteção do Indígena (SPI).

Em 2012, passei 3 meses fora da comunidade. No ano de 2013, pedi minha esposa em casamento e, no mesmo ano, cursei durante 6 meses o curso de técnico em enfermagem no Centro Educacional Guarani, neste período, solicitei a tradução juramentada do meu histórico escolar, acabando de uma vez por todas minhas pendências documentais.

Em 2015, me inscrevi para o vestibular indígena, fiz a prova e passei no curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da UFAM. O curso iniciou naquele mesmo ano, no mês de maio, com o Seminário de Implementação do Curso, que durou uma semana. Devido à grande enchente na região, que ocasionou a falta de hospedarias e hotéis para abrigar os cursistas e professores, o curso foi interrompido, reiniciando no mês de setembro.

Em 2016, estudamos dois módulos em um para compensar os atrasos do ano anterior, porém desde o 2º módulo, os professores que vinham de Manaus ministrar aula para nós, já falavam dos direitos indígenas. Mas foi na disciplina “Línguas Indígenas da Amazônia” que tive mais contato com leis e artigos que

abordavam os direitos indígenas por meio da apostila fornecida a nós, alunos.

Na disciplina de “Organização do Trabalho Escolar I”, aprendi sobre o PPP e a Resolução 03/99 que trata sobre a escola indígena. Em 22 de julho de 2018, houve uma reunião para compor a diretoria do cacique e neste dia fui eleito secretário da comunidade Indígena Guanabara II. Em 18 de agosto, a Coordenação Técnica Local - CTL - Funai, realizou uma visita na comunidade sob a coordenação do Sr. Marcos Targino, nesta ocasião, a equipe procurou saber sobre as necessidades da comunidade, sendo reivindicadas por nós moradores várias demandas como: água potável, saneamento básico, o reconhecimento da escola como indígena, a demarcação da terra entre outras.

Ao abrir para mais discussões, durante a reunião, falei que estudo na universidade com aval do nome da comunidade Guanabara (significa que o cacique me concedeu uma carta afirmando que sou indígena Kokama e morador da comunidade a fim de realizar a matrícula na universidade) e que caso a escola não se torne indígena Kokama, eu não teria a oportunidade de retornar à comunidade os conhecimentos acadêmicos adquiridos durante minha formação.

No mês de outubro, chegaram algumas respostas para nossas indagações, uma delas é que a Terra Guanabara já está demarcada desde 22 de abril de 2013 e que possivelmente a escola passaria a ser indígena em 2020.

No dia 22 de novembro, teve uma reunião extraordinária da Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama - OGCCIPK, somente com os representantes de Benjamin Constant. A reunião ocorreu na Comunidade Mato Grosso, na ocasião, estavam presentes 11 comunidades indígenas Kokama, a reunião foi liderada pela Profa. Elisângela Lopes e seu esposo Alírio Mendes, em que tratou dos rumos da educação indígena Kokama, nesta oportunidade, foi marcada a primeira reunião a ser realizada em 2019.

Nos dias 16 e 17 de janeiro de 2019, foi realizado na Escola Municipal Sofia Barbosa

em Benjamin Constant o 1º Seminário do Povo Kokama, em que foram tratadas questões referentes ao planejamento da educação escolar indígena Kokama, sendo direcionada aos professores que estão atuando e os que desejam atuar nas escolas indígenas, a partir disso, foi pensado na criação de uma organização que represente os professores indígenas kokama.

### **A criação da Organização dos Professores Indígenas pela Educação Kokama**

#### **em Benjamin Constant – OPIPEKBC**

A educação escolar indígena Kokama no município de Benjamin Constant tem enfrentado várias barreiras, sendo a maior delas o fato de os indígenas desta etnia não serem reconhecidos pelo poder público municipal. Uma análise feita por Vieira (2018a) é que a busca identitária deste povo esbarra no preconceito “devido ao histórico contato Inter étnico, entre esse povo e os demais povos indígenas da região da tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia e com segmentos da sociedade não-indígena” levando os mesmos serem considerados por muitos como “invasores estrangeiros”, indígenas “falsos” e oportunistas”. Porém, o autor ressalta que:

Esse não reconhecimento do outro enquanto diferente e sujeito de direitos étnicos, é fruto da disputa de poder entre os grupos sociais da região (madeireiros, empresários ligados ao turismo de “selva” e comerciantes), e tenta se fundamentar na ausência de elementos concretos de cultura indígena (tais como língua, crenças, costumes etc.) tomados de uma forma naturalizada, estática e imutável. Ignora-se o processo colonial e o contexto de interação dos quais os kokama participaram e ainda participam (VIEIRA, 2018b, p.97).

Em busca do reconhecimento e luta por seus direitos, algumas organizações foram formadas, citam-se duas delas: Organização Indígena do Povo Kokama do Vale do Javari (Orinpokovaja) com sede em Atalaia do Norte - AM e a Associação Indígena dos Caciques do Povo Kokama do Município de Tabatinga - AM.

O município de Benjamin Constant conta com 12 comunidades kokama: Guanabara II, Nova Terra, Mato Grosso, São Gabriel, São Francisco, Esperança do Solimões, Bom Jardim, São Sebastião, Santo Antônio, Boa Vista, Novo Oriente e Nova Aliança. Quanto à demarcação, são declaradas T.I. (Terra Indígena), a Guanabara (Portaria 1.704 - 22/04/2013), que compreende as comunidades Nova Terra e Guanabara II e Sururuá (Portaria 3.077 - 28/09/2010), que compreende a comunidade Nova Aliança.

As lideranças indígenas Kokama têm se organizado em prol de uma educação escolar indígena feita por eles e para eles, com suas especificidades como rege a Constituição Federal de 1988, apesar da grande perda identitária sofrida pelos mesmos ao longo dos anos, atualmente há uma busca de se apropriar novamente da língua e da cultura nestas comunidades.

Na ocasião, apesar de reconhecido pela Funai o território de Nova Aliança como T.I., nada havia sido feito em prol do reconhecimento da escola localizada na comunidade como indígena, o que gerou reivindicações das lideranças kokama com o poder público municipal, o embate se deu devido os mesmos não falarem a língua kokama e, por ficar em zona fronteira, alegarem que são “peruanos”, logo não gozarem dos direitos constitucionais. Na reunião realizada no dia 3 de março de 2012 pelas lideranças kokama, chegou-se à conclusão de que uma organização dos professores kokama seria necessária, assim como o OGPTB (Organização dos Professores Ticuna Bilíngues) criada em 1986 para atender as demandas do povo Ticuna da região do Alto Solimões quanto à educação escolar indígena.

Um dos objetivos desta organização seria de atender as demandas dos professores kokama de Benjamin Constant na área da educação, porque muitos se autodeclararam Kokama para exercerem o magistério no município em processos seletivos simplificados para professores, muitos “falsos kokama” acabam ficando com as vagas destinadas aos professores kokama, o que acaba por enfraquecer a luta dos “verdadeiros Kokama”.

Depois de muita insistência por parte das lideranças kokama, a Gerência Indígena da Secretaria Municipal de Educação (Semed) acatou a presença de um representante do povo Kokama, apesar deste pequeno reconhecimento, as três escolas localizadas em T.I. ainda continuavam como não indígenas, professores que passam em concurso ou seletivo para as escolas na categoria “indígena kokama” continuam assumindo, apesar das investigações paralela e denúncias junto à Funai, mostrando que os mesmos são ditos “falsários”, já que nenhuma liderança Kokama os reconhece. Atualmente, há um número expressivo de kokamas graduados ou em processo de formação, porém poucos são os professores kokama trabalhando nestas comunidades.

Por esses motivos, no dia 13 de abril de 2019, na comunidade de São Gabriel, as lideranças e representações indígenas kokama, representantes da UEA e da UFAM/INC se reuniram para a criação da Organização dos Professores Indígenas pela Educação Kokama em Benjamin Constant (OPIPEKBC) e definir sua diretoria.

A presidente da organização eleita foi a Profa. Elisângela Lopes, da comunidade Bom Jardim, que também é a representante Kokama na Semed. A mesma tem um longo histórico de luta em prol do resgate da cultura e da educação escolar indígena Kokama. A reunião para a discussão e elaboração do estatuto foi realizada no dia 18 de maio de 2019, na comunidade de Bom Jardim.

Por um lado, o reconhecimento, por outro, o entrave na Secretaria de Educação do município pelo reconhecimento de ao menos, das duas escolas localizadas em T.I, a de Nova Aliança e de Guanabara II.

Semanas depois, um grupo expressivo de estudantes e professores da UFAM/INC foram participar do 3º Congresso Internacional dos Povos da América Latina (CIPIAL), realizado de 3 a 5 de julho de 2019 em Brasília-DF, neste grupo estava a Prof. Elizângela e outros indígenas Kokama e Ticuna. Ao chegar a Brasília, estava sendo discutido o Plano Nacional para a Educação Indígena entre

outras pautas da educação escolar. Na ocasião, a Profa. Elizangela convidou a mim e aos demais colegas indígenas a se dirigirem à Funai em Brasília, a fim de tratar das duas escolas que estavam em T.I. reconhecida, mas o município de Benjamin Constant até então adia o reconhecimento delas como indígenas.

A resposta foi rápida, o diretor técnico da Funai, Marcos Targino, recebeu os encaminhamentos da comissão de Brasília, a fim de prosseguir junto à prefeitura do município com o reconhecimento das escolas como indígenas Kokama. No dia 12 de julho, a prefeitura reconheceu a escola da comunidade Nova Aliança e, no dia 26 de julho, a escola localizada em Guanabara II. A partir disso, foi iniciada uma jornada de trabalho para emitir o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) junto à FUNAI para as crianças da escola que ainda não possuíam, assim, encaminhar para a Semed para que a mesma tomasse as providências cabíveis. Foi um trabalho árduo, mas prazeroso, visto que as primeiras medidas já haviam iniciado.

No início de agosto, após três jornadas de trabalho ocorridas para sua elaboração, o Estatuto da OPIPEKBC teve sua última discussão e foi homologado, porém, neste momento, ainda está em processo de legalização. Entre seus artigos, destacamos o 3º, devido aos seus objetivos:

- I - Melhorar a qualidade da educação nas escolas Kokama;
- II - Conhecer, valorizar e difundir a arte e a cultura do Povo Kokama;
- III- Revitalizar e valorizar a língua e o saber do Povo Kokama;
- IV - Incentivar e assessorar na elaboração, execução e avaliação dos resultados do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas indígenas Kokama (Estatuto OPIPEKBC, 2019, p.1).

Sabemos que há um longo caminho de luta, pois da criação até constituição jurídica da OPIPEKBC, vários desafios serão enfrentados, porém esperamos a união das comunidades a fim de vencer mais esta batalha em prol de melhorias para o nosso povo.

### **O que a Secretaria Municipal de Educação diz a respeito da Educação Escolar Indígena**

Antes das reivindicações em Brasília, buscou-se entender o lado da Semed de Benjamin Constant neste processo, para isso, foi entrevistada sua representante. A entrevista está transcrita a seguir:

1) Qual o significado de uma educação específica e diferenciada para a Semed?

Então, o que a gente entende por uma educação específica e diferenciada é uma educação formal que deve ser desenvolvida com base na realidade daquele grupo étnico, na questão cultural, nas tradições, na história e na língua. Então, por entender que cada grupo étnico é diferente um do outro em muitos aspectos linguísticos, social, cultural, essa educação também se caracteriza como uma educação diferenciada. Então, sob estes aspectos que eu mencionei (...) a secretaria entende que vai nessa linha de uma proposta curricular e de implementação dessa proposta, que considera do ponto de vista da dimensão diversificada do currículo a contemplação dos elementos inerentes da história, cultura, a língua própria de cada etnia.

2) Quais os auxílios ou subsídios (didático, pedagógico e administrativos) que a Semed oferece às escolas indígenas para cumprir a Constituição Federal?

A primeira coisa é o princípio de igualdade, acho que é uma coisa a ser desenvolvida, fato de ser uma escola ribeirinha ou indígena ela tem que receber o mesmo tratamento da secretaria em torno dos atendimentos das necessidades, necessário ao bom funcionamento. Agora, considerando a questão da especificidade, a proposta é que cada escola, cada comunidade possa elaborar inicialmente, a partir da secretaria, a proposta curricular para as escolas indígenas, que infelizmente nós ainda não temos por conta da necessidade de ter um corpo técnico, nós não temos uma proposta curricular específica para as escolas indígenas no âmbito da rede municipal de ensino, qual é o nosso grande referencial para orientar os trabalhos nas escolas é a Resolução de 2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica,

esse e o RCENEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas ). E hoje em 2019, já temos também a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) porque o currículo para as escolas indígenas tem que ter a base diversificada, e na base diversificada entra os aspectos da educação específica, diferenciada, bilíngue, intercultural, são princípio para escola indígena definido na Resolução 012, então hoje, estamos em fase de construção, esse é o nosso grande referencial e também ao mesmo tempo orientamos escolas na elaboração dos projetos políticos pedagógicos, então tanto a proposta curricular específica da secretaria quanto dos projetos, eles estão sendo orientados, estão em fase de elaboração, a partir desses referenciais e da LDBEN. Atualmente, o município conta com 25 escolas indígenas (todas são ticunas).

3) E Nova Aliança?

Nova Aliança ainda não é escola indígena, está em processo de implementação, lá não é não, até porque é uma reivindicação do movimento, Nova Aliança não é uma escola indígena (...). Nós estamos em processo de regularização dela, de Guanabara e Nova Terra também, porque estão situadas em Terras Indígenas (...).

4) Esse processo é demorado?

Não, esse ano vai sair.

5) Desde quando a Secretaria de Educação tem conhecimento do reconhecimento da T.I Kokama Guanabara?

Desde o ano passado, 2018.

6) Quais estão sendo as iniciativas da Secretaria para a implementação de uma escola indígena na comunidade Guanabara II?

Então, a primeira coisa quando a gente assumiu verificamos que a gerência ou departamento da coordenação escolar indígena era só para os ticunas, não tinha representação dos kokama, então uma das primeiras iniciativas foi ter uma representação kokama que trabalhe nessa linha, então essa foi nossa primeira iniciativa, hoje temos representante ticuna e kokama. É um desafio, porque tem conflitos internos, entre os próprios ticunas, imagina entre ticunas e kokamas (...). Após identificar as TI, agora estamos trabalhando na

regularização da escola como categoria de escola indígena.

7) Quando regularizadas, somente professores indígenas irão atuar nestas escolas? Eu acho assim, que tudo é um processo, como até já expliquei pra eles aqui, hoje por exemplo na área rural, não-indígena, quase que 100% dos professores são efetivos, então Guanabara, Nova Aliança e Nova Terra estão situadas dentro dessa categoria de escola rural, quando ela se transformar em escola indígena, por exemplo, nesse ano que vai acontecer, nós não temos como imediatamente tirar os professores que não são indígenas porque não temos como alocar esses professores e automaticamente entrar só kokamas.

Apesar da morosidade em atender as reivindicações dos Kokama quanto ao reconhecimento das escolas em indígenas, a atual gestão da Semed havia iniciado um diálogo com os representantes, o que não ocorreu nos anos anteriores. Porém, o fato do problema se tornar de conhecimento do MEC, as medidas cabíveis foram prontamente tomadas pela secretaria, abrindo assim uma nova perspectiva para a implantação de uma educação escolar feita por professores Kokama para estudantes Kokama, o que pode ser um marco para o “resgate” da língua e cultura que outrora se tentou calar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fala da representante da Semed está condizente com os acontecimentos relatados pelas lideranças kokama. Somente nesta nova gestão municipal, um representante Kokama foi admitido na Gerência de Educação Indígena, uma vez que a luta pelo reconhecimento da Escola Municipal de Nova Aliança como indígena já vinha ocorrendo em gestões anteriores.

Vale ressaltar que a criação de escolas indígenas municipais é de competência do chefe do poder executivo municipal de Benjamin Constant, segundo o Art. 5º da Resolução 08/2008 do Conselho Municipal de Educação de Benjamin Constant - CME/BCT, mostrando assim a falta de

interesse dos gestores do município em atender tal solicitação.

Na ocasião da entrevista com a representante da Semed, as Escolas Indígenas Kokama pareciam um desejo distante, porém a representante da OPIPEKBC que já tinha um histórico de luta, conseguiu ser ouvida em Brasília e ter as reivindicações do movimento atendidas.

Uma vez que as escolas de Nova Aliança e Guanabara II passaram a ser reconhecidas como indígenas, espera-se que Nova Terra também seja, uma vez que é de conhecimento da Secretaria de Educação do município que a escola se encontra em T.I., tanto que na ocasião da entrevista, a promessa era para o ano de 2020.

Após o reconhecimento das escolas, novos desafios têm-se apresentado, entre eles estão a autonomia didática e pedagógica, pois um PPP condizente com a realidade das comunidades será elaborado dentro da legislação federal e resolução municipal, visto que esta é uma das tratativas do Estatuto da OPIPEKBC, o que não gerará necessariamente aceite da Semed destas reivindicações, mas espera-se maior celeridade, visto que no ano de 2019 ocorreram dois ganhos: o reconhecimento das escolas como Kokama e a criação do Estatuto, o que acaba por conferir força para o movimento.

Quanto acadêmico indígena, o ensino superior em licenciatura específica tem fornecido subsídios para lutar em prol de melhorias para a minha comunidade na área da educação escolar, auxiliando na minha formação cidadã, tornando-me mais reflexivo e atuante frente aos desafios que o povo Kokama vem enfrentando ao longo dos anos no município de Benjamin Constant.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, Gerssem dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, p. 17-25, 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano**, v. 35, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2010.

BRITO, Rosa Mendonça de. Construindo conhecimentos no processo educativo. 1. ed. **Manaus: Academia Amazonense de Letras**, 2011.

CME/BCT; N°08, DE 02 DE JULHO DE 2008. **Fixa Normas Municipais para a Estrutura, funcionamento e Organização das Escolas Indígenas do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providencias (Parecer CME/BCT n° 08/08)**, 2008.

CNE; N°14, C. E. B. 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. **Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências (Parecer CNE/CEB n° 14/99 anexo)**, 2013.

Estatuto da Organização dos Professores Indígenas pela Educação Kokama em Benjamin Constant - OPIPEKBC, 23 p., 2019.

FUNAI. Plano Plurianual 2012-2015. Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, 43 p. 2012.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Faculdade de Educação/FACED. Projeto do Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Mura/Autazes. Manaus, 2007.

VIEIRA, José Maria Trajano. A alteridade kokama entre fronteiras na Pan-Amazônia. Anais do 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2018a.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na

